



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Lucas Chaves Costa Cunha

**ANÁLISE FINANCEIRA DE CLUBES ASSOCIATIVOS E CLUBES-EMPRESAS
DA PRIMEIRA DIVISÃO DA FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL**

Brasília – DF

2020

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Lucas Chaves Costa Cunha

Análise Financeira de Clubes Associativos e Clubes-Empresas da Primeira Divisão da
Federação Paulista de Futebol

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao Departamento
de Ciências Contábeis e Atuariais da
Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade para
Tomada de Decisão

Área: Contabilidade Financeira

Orientador: Prof. Dr. Rildo e Silva

Brasília – DF

2020

Ca Cunha, Lucas Chaves Costa
Análise financeira de clubes associativos e clubes
empresas da primeira divisão da federação paulista de
futebol / Lucas Chaves Costa Cunha; orientador Rildo e
Silva. -- Brasília, 2020.
33 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. Futebol. 2. Clubes associativos de futebol. 3. Clubes
empresas de futebol. 4. Análise financeira. 5. Indicadores
financeiros. I. Silva, Rildo e, orient. II. Título.

LUCAS CHAVES COSTA CUNHA

Análise Financeira de Clubes Associativos e Clubes-Empresas da Primeira Divisão da
Federação Paulista de Futebol

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao Departamento
de Ciências Contábeis e Atuariais da
Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis, sob a
orientação do Prof. Dr. Rildo e Silva.

Aprovado em ____ de _____ de 2020.

Prof. Dr. Rildo e Silva
Orientador

Prof. Dr. José Humberto da Cruz Cunha
Professor - Examinador

Brasília - DF, novembro de 2020.

RESUMO

O futebol, além de ser um entretenimento, movimenta recursos que chegam a atingir 0,72% do PIB brasileiro, sendo parte integrante dessas movimentações as sociedades responsáveis pelos times e equipes profissionais desse esporte. O estado de São Paulo contribui com quase um terço do PIB do Brasil e possui diversos clubes organizados na forma de empresas e de associações. Os indicadores econômico-financeiros são instrumentos que auxiliam nas inferências relativas às entidades à partir das demonstrações contábeis. O objetivo desta pesquisa foi verificar o grau de liquidez e endividamento dos clubes associativos e clubes empresas do estado de São Paulo nos anos de 2016 a 2018. Especificamente também busca-se comparar os modelos de estruturas societárias dos clubes de futebol e seus respectivos desempenhos medidos por indicadores econômico-financeiros de uso geral, tais como liquidez, endividamento e imobilização do patrimônio líquido. A amostra da pesquisa foram as demonstrações contábeis de clubes ranquados na primeira divisão da Federação Paulista de Futebol. O resultado da pesquisa apontou que os clubes paulistas de futebol, em geral, possuem baixos níveis de liquidez e elevados níveis de endividamento em relação ao que é definido como ideal em termos financeiros pela literatura. A segregação por forma de organização societária evidenciou que, de acordo com os indicadores de desempenho, os clubes associativos de futebol apresentaram situação financeira melhor do que as sociedades empresárias de futebol.

Palavras-chave: Futebol. Clubes associativos de futebol. Clubes-empresas de futebol. Análise financeira. Indicadores financeiros.

ABSTRACT

Besides being an entertainment, the soccer moves monetary resources that reach 0,72% of Brazil's GDP, being part of this responsible for the professional teams of this sport. The state of São Paulo contributed almost a third of Brazil's GDP and has a several clubs organized in the form of companies or associations. Accounting indicators are instruments that evaluate the financial performance of entities through the financial statements. The aim of this study was to verify the degree of liquidity and indebtedness of the associative soccer teams and corporate soccer teams ranked in the first division of the state of São Paulo in the years 2016 to 2018. In addition, it also seeks to compare the models of corporate structures and their respective financial performance by general accounting indicators, such as liquidity and indebtedness. The study sample was the financial statements of teams ranked in the first division of soccer federation of the state of São Paulo and the period of analysis was the years 2016 to 2018. Results shows that the soccer teams of São Paulo, in general, have low levels of liquidity and high levels of indebtedness. According to the accounting indicators, the segregation by form of corporate organization showed that the associative soccer teams had a better financial situation that the corporate soccer teams.

Keywords: Soccer. Associative soccer teams. Corporate soccer teams. Financial analysis. Accounting indicators.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de Liquidez	26
Tabela 2 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Liquidez Corrente	27
Tabela 3 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Liquidez Imediata	27
Tabela 4 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Liquidez Geral	28
Tabela 5 – Indicadores de Estrutura de Capital.....	29
Tabela 6 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Endividamento de Curto Prazo ...	30
Tabela 7 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Endividamento Total.....	30
Tabela 8 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Composição do Endividamento ..	31
Tabela 9 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido	31
Tabela 10 – Quantidade de Clubes em Torno do Índice de Imobilização Recursos Não Correntes.....	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 - Breve Evolução Legislativa	14
2.2 - Natureza Jurídica das Entidades das Práticas Desportivas	17
2.2.1 - Das Associações	17
2.2.2 - Das Sociedades Empresárias	18
2.3 - Indicadores Financeiros	19
3. METODOLOGIA	24
4. RESULTADOS	26
5. CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
APÊNDICE A – Lista dos Clubes de Futebol da Amostra	37
APÊNDICE B – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Liquidez Corrente	38
APÊNDICE C – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Liquidez Imediata	40
APÊNDICE D – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Liquidez Geral	42
APÊNDICE E – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Endividamento de Curto Prazo	44
APÊNDICE F – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Endividamento Total	45
APÊNDICE G – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Composição do Endividamento	46
APÊNDICE H – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido	47
APÊNDICE I – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Imobilização de Recursos Não Correntes	48

1. INTRODUÇÃO

Tubino (2006) afirma que o futebol é o esporte mais popular do mundo e segundo a FIFA (2018), mais de 3,5 bilhões de pessoas assistiram a última Copa do Mundo de Futebol da FIFA realizada na Rússia em 2018, esse número representa mais da metade da população global com idade de 4 anos e acima. –(FIFA).

No Brasil, o futebol é um dos principais símbolos da cultura nacional capaz de unir todas as camadas sociais, e o sentimento de unidade, de igualdade, de disputa e de paixão fazem do futebol o principal esporte do país (SANTOS E GREUEL, 2010). Nascimento et al. (2015) reconhecem a importância do futebol na sociedade brasileira ao gerar tanto entretenimento quanto emprego e renda.

Isso não ocorre somente no Brasil, na Argentina recentemente faleceu Diego Maradona e houve a comoção de mais de um milhão de pessoas para se despedir do ídolo argentino na Casa Rosada (Sede do Governo Argentino) conforme noticiado pelo GloboEsporte.com (2020), o que evidencia a paixão pelo esporte por torcedores de diversas idades, não só em nosso país como em outros pelo mundo.

Para as organizações esportivas como os clubes de futebol a conquista de títulos é essencial para atrair novos torcedores, aumentar a arrecadação e conquistar títulos. Os recursos financeiros para esses clubes são essenciais para a contratação de jogadores, melhorar as infraestruturas entre outras. Assim, auferir lucros em suas atividades passou a ser vista como um dos principais objetivos dessas entidades.

Ao longo do tempo, o futebol deixou de ser apenas esporte amador (não visa lucro ou rendimento para seus praticantes) e passou a ser uma atividade profissional, mas se mantém como prática desportiva em diversas camadas da sociedade, bem como, atividade recreativa e de entretenimento, pois essas práticas ajudam o futebol a ser visto, também, como negócio, uma vez que fábricas e comércio de material esportivo lucram com a demanda por pessoas que apreciam o futebol com atividade amadora.

A título de exemplo do futebol como atividade geradora de negócio, segundo a Confederação Brasileira de Futebol - CBF (2019), as partidas de futebol propiciaram movimentação de R\$ 48,8 bilhões em 2018, ou seja, os espetáculos contribuíram com 0,72% no PIB Nacional Brasileiro.

Os clubes são responsáveis por grande parte dessa movimentação monetária, pois as entidades esportivas dispõem de três pilares como fontes de recursos: a exploração de praças

de esportes, o marketing e os direitos de transmissão (SORIANO, 2010 apud SILVEIRA E MELO, 2018).

Onde há riquezas a serem medidas, faz-se presente a contabilidade para registros e *report* das demonstrações contábeis, uma vez que os clubes são obrigados a prestar contas de suas atividades, como previsto no Art. 46-A da Lei nº 12.395/2011 (BRASIL, 2011). Ou seja, são obrigadas a apresentar as demonstrações contábil-financeiras, sendo no mínimo as seguintes peças: Demonstração do Resultado do Exercício; Balanço Patrimonial; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; e Notas Explicativas.

As demonstrações financeiras contêm grande quantidade de informações, mas não é fácil digerir todas elas (GITMAN E ZUTTER, 2017).

Para que se possa inferir sobre as demonstrações contábeis, Matarazzo (2010) explica que o uso de indicadores econômico-financeiros pode fornecer uma visão ampla da situação da entidade, pois relaciona diversos elementos através das técnicas de análises.

Assaf Neto (2014) contribui com essa forma de inferir sobre as demonstrações contábeis, quando diz que os índices financeiros podem indicar como está a liquidez das entidades, o nível de endividamento, bem como o retorno dos negócios entre outras visões que podem ser propiciadas pelos quocientes (indicadores).

Segundo o IBGE¹, o Estado de São Paulo é o que mais contribui com o PIB Nacional (32,2% em 2017). O futebol paulista está organizado, profissionalmente, pela Federação Paulista de Futebol (FPF), a qual foi fundada em 1941 e é responsável por organizar o futebol profissional e, ainda, organiza torneios das categorias juniores, sub-21 entre outras competições masculinas e femininas.

Nesse sentido, estudar o futebol a partir do estado paulista é relevante, por se tratar do estado brasileiro que mais agrega riqueza no País e essa prática desportiva e profissional também ser de agrado da metade do planeta e do Brasil.

Além disso, observou-se que há entidades (“clubes de futebol”) organizados na forma de associação civil e de clube-empresa. No Brasil, 94,2% dos clubes possuem modelo de gestão associativo enquanto apenas 5,8% são geridos por empresas (CBF, 2019).

Sabe-se que clubes de grande expressão, que atuam na primeira divisão dos campeonatos nacionais, como Botafogo Futebol e Regatas, Cruzeiro Esporte Clube e Club Athletico Paranaense já demonstraram interesse e/ou estudam a ideia de migrar para o modelo de clube-empresa (CARTA CAPITAL, 2020).

¹ Baseado no valor divulgado em <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

Portanto, considerando o período de 2016 a 2018, em virtude das disponibilidades de dados divulgados pela Federação Paulista de Futebol, bem como o surgimento dos clubes empresas na legislação brasileira por meio da Lei nº 9.615/98, este estudo optou por buscar informações da primeira divisão da FPF, objetivou-se responder a seguinte indagação:

Qual o grau/nível de liquidez e de endividamento dos clubes associativos e clubes-empresas?

Por consequência, o objetivo geral deste estudo é verificar o grau de liquidez e endividamento dos clubes associativos e clubes empresas do estado de São Paulo nos anos de 2016 a 2018, ranqueados na primeira divisão. Especificamente também busca-se comparar os dois modelos de estruturas societárias dos clubes de futebol, sendo os clubes-associativos e os clubes-empresas, e seus respectivos desempenhos medidos por indicadores econômico-financeiros de uso geral, tais como liquidez, endividamento e imobilização do patrimônio líquido.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: introdução, ora concluída, referencial teórico, delineamento da pesquisa, resultados e conclusão, seguido das referências usadas no decorrer da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para fins desta pesquisa, inicialmente buscou-se identificar alguns trabalhos iniciados relacionados a futebol e contabilidade, bem como sobre temas da análise de desempenho econômico financeiro de clubes de futebol.

Santos e Greuel (2010) analisaram a gestão financeira e econômica dos vinte primeiros clubes de futebol classificados no ranking da CBF em 2009 no período de 2008/2009. Esses autores usaram indicadores contábeis de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade, e a técnica estatística da Análise das Componentes Principais como método de pesquisa. Os autores encontraram que a gestão dos Clube Athletico Paranaense e São Paulo Futebol Clube possuem, respectivamente, o melhor desempenho entre os clubes analisados, e o Goiás Esporte Clube e Fluminense Football Club com os piores desempenhos.

Muniz e Silva (2020) verificaram a relação entre a situação econômica e financeira e o aproveitamento nas partidas oficiais dos dez clubes melhores colocados no ranking da CBF de 2018. Inicialmente, foi realizada a análise da situação financeira e desportiva dos clubes no período de 2015 a 2017 e, posteriormente, estabeleceu-se uma correlação de dados *Pearson* entre o aproveitamento nas partidas e indicadores de desempenho. O estudo constatou que os clubes apresentam ineficiência no controle de custos e despesas, apesar de demonstrarem grande capacidade de gerar receitas. Quanto a correlação de dados, a maioria dos clubes apresentou dificuldade de buscar melhores aproveitamentos sem comprometer o cenário econômico e financeiro.

Santos e Silva (2015) estudaram a liquidez e endividamento de times da Série A do Campeonato Brasileiro de 2014. Foram utilizados a Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata e Liquidez Geral para analisar a liquidez dos clubes e, Endividamento de Curto Prazo, Endividamento Total, Participação de Capital de Terceiros sobre Recursos Totais, Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização de Recursos Não Correntes como indicadores de endividamento. Os autores encontraram razoáveis níveis de liquidez e altos níveis de dívidas para os clubes.

Silva, Rengel, Sousa e Lavarda (2019) realizaram um estudo de análises bibliométricas com o objetivo de analisar as características das investigações nacionais e internacionais em relação a um fragmento de literatura sobre a literatura contábil em clubes de futebol, além de identificar lacunas para possíveis investigações futuras. A metodologia utilizada para análise foi a *ProKnow-C* e o estudo contou com um portfólio bibliográfico de 52 artigos científicos.

A pesquisa apontou, como resultados mais relevantes, a necessidade de melhoria na gestão dos clubes de futebol, tanto na questão financeira e econômica quanto no desempenho esportivo, e identificou oportunidades de novas pesquisas na área da literatura contábil de clubes de futebol.

Porém, não foram encontrados na literatura estudos que analisam o desempenho econômico-financeiro com a perspectiva de comparação entre as duas estruturas societárias de clubes futebol, os clubes-empresas e clubes associativos.

2.1 - Breve Evolução Legislativa

A legislação apresentada neste capítulo terá enfoque nos dispositivos legais que tratam acerca da estrutura societária das entidades de práticas desportivas do Brasil.

Antes de adentrar na legislação vigente, cabe esclarecer que há projeto de lei (PL5.082/2016) aprovado pela Câmara dos Deputados Federal e está aguardando apreciação pelo Senado Federal, que incentiva a migração dos clubes brasileiros para o modelo empresarial nas opções já existente, companhia limitada e sociedade anônima. Como estímulo, o projeto de lei prevê benefícios como um novo refinanciamento de dívidas dos clubes com o governo, a facilitação da recuperação judicial e a criação de um imposto simplificado para clubes-empresas – maior do que pagam associações atualmente, porém, menor do que pagam empresas convencionais (BRASIL, 2016).

O Decreto-Lei 3.199 de 1941, promulgado no governo Getúlio Vargas, foi a primeira norma estatal no tocante à prática profissional do futebol no Brasil. O regulamento estabelecia as bases de organização dos desportos em todo o país e conferia ao Conselho Nacional de Desportos, órgão regido pelo governo, a responsabilidade de orientar, fiscalizar e incentivar a prática de esporte no Brasil (BRASIL, 1941).

Segundo Da Costa (1996, apud ALVES e PIERANTI, 2007), a norma foi baseada na legislação fascista italiana, de Mussolini, para o esporte. De acordo com o Art. 48 do decreto, é possível inferir o sentimento de patriotismo adotado na formulação do dispositivo de regulação, bem como a intervenção estatal na organização das entidades de práticas esportivas profissional, pois, assim era redigido (BRASIL, 1941):

Art. 48. A entidade desportiva exerce uma função de caráter patriótico. É proibido a organização e funcionamento de entidade desportiva, de que resulte lucro para os que nela empreguem capitais sob qualquer forma.

Desta forma, ficou vedada a organização de instituições esportivas que almejassem a obtenção de lucro em suas atividades, limitando, assim, os clubes de futebol a se organizarem como sociedade empresária.

Este decreto foi um reflexo de seu tempo, visto que a intervenção do Estado estava presente não só no futebol, mas também em diversos cenários nacionais, assim como na economia. A interferência do governo no desporto brasileiro perdurou por governantes posteriores, sem grandes alterações quanto a matéria de estrutura societária dos clubes de futebol.

A partir da constituição de 1988, o esporte passou a ser tratado no texto constitucional por meio do Art. 217, em que é conferido ao Estado o dever de fomentar práticas desportivas formais e não-formais, observada a autonomia às entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento (BRASIL, 1988). Posto isso, a flexibilização da administração do desporto profissional possibilitou uma maior liberdade de gerenciamento das entidades desportivas.

Sob a égide da Constituição de 1988, foi publicada a Lei nº 8.672/93 (Lei Zico) que, segundo Nunes (2015), “instituiu um modelo de organização do desporto pautado na sua privatização”. A Lei Zico foi a primeira legislação desportiva brasileira que conferiu aos clubes a possibilidade de se organizarem em formas distintas da estrutura jurídica civil, com fins lucrativos, desde que adotada uma das formas já existentes, conforme previa o seu art. 11 (BRASIL, 1993).

Além disso, a Lei nº 8.672/93 extinguiu o Conselho Nacional de Desportos, órgão controlado pelo governo, e criou o Conselho Superior de Desportes que é órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e representativo da comunidade desportiva brasileira, cabendo-lhe as atribuições definidas na Seção II da respectiva lei (BRASIL, 1993).

Dentre os avanços que tal dispositivo legal proporcionou na legislação esportiva, o avanço que vale destaque foi a redução significativa da interferência do Estado no futebol ao passar grande parte desse poder para a iniciativa privada, bem como o gerenciamento do esporte através de empresas.

Em 1998, essa lei foi revogada pela Lei 9.615/98 (Lei Pelé) a qual traçou normas gerais sobre desporto e entre outras providências, porém boa parte do conteúdo da Lei Zico foi aproveitado no texto do atual dispositivo.

A principal novidade da Lei nº 9.615/98 foi a extinção da ideia do “Passe” e implantação do instituto do “Passe-Livre”. Dessa forma, os jogadores deixaram de ser propriedades dos clubes e passaram a atuar de acordo com contratos de trabalho, que têm um tempo determinado

e valores de multas fixados em caso de rescisão, pois assim diz o art. 28 da referida lei (BRASIL, 1998):

Art. 28. A atividade do atleta profissional, de todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

Sob o ponto de vista da estrutura societária das entidades de prática desportiva, a Lei Pelé obrigava os clubes do futebol brasileiro a se transformarem em sociedades empresárias no prazo de dois anos, pois no texto original do art. 27 dizia que, apenas poderiam participar de competições profissionais as sociedades de fins lucrativos, as sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor e as entidades de prática desportiva que constituírem sociedade comercial para administração de suas atividades esportivas profissionais (BRASIL, 1998).

Portanto, o que na Lei Zico era uma facultatividade, na atual norma passou a ser uma obrigatoriedade, e assim, a Lei Pelé concretizou a implementação do conceito de “clubes-empresa” no futebol brasileiro.

Contudo, a Lei nº 9.615/98 foi inicialmente criticada por retornar a discussão quanto a intervenção do Estado no desporto nacional, visto que a obrigatoriedade da transformação de clubes associativos em clubes-empresas estaria inferindo o art. 217 da constituição federal, que garante autonomia às entidades desportivas quanto a sua organização e funcionamento. Além disso, os clubes de futebol foram contra tal medida pois, de acordo com Bertella (2015), a maioria dos times não tinham condições de se adaptarem à realidade imposta pela legislação.

Esses fatores motivaram sucessivas mudanças legislativas em relação a matéria. Diante disso, a Lei Pelé teve a redação do caput do art. 27 alterada por meio da Lei nº 9.981 promulgada em 14 de julho de 2000, que assim é redigida (BRASIL, 2000):

Art. 27. As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além das sanções e responsabilidades previstas no caput do art. 1.017 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros. [...]

§ 9º. É facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. [...]

Logo, voltou a ser uma faculdade a obrigação das associações transformarem-se em sociedades comerciais ou serem por elas administradas, e excluiu o parágrafo único, que previa a suspensão pelo seu descumprimento.

2.2 - Natureza Jurídica das Entidades das Práticas Desportivas

2.2.1 - Das Associações

Juridicamente, a maioria dos clubes do futebol brasileiro são organizados na forma de associações, a qual é assim definida no art. 53º do Código Civil, “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002). Dessa maneira, entenda-se “fins não econômicos” como a não destinação de lucros aos associados o que é vedado pela legislação, uma vez que a associação pode obter lucros (superávit) o qual devem ser destinados à própria instituição.

O modelo organizacional, estatutário e a respeito da dissolução das associações estão dispostos nos artigos 53 a 61 do Código Civil, porém, como foi esclarecido no capítulo anterior, na seção destinada ao desporto na Constituição Federal é concedido autonomia às associações desportivas.

Neste sentido, importa registrar o entendimento de Bastos (2002), que retrata que a autonomia é uma faculdade das associações de se organizarem juridicamente de criar o seu próprio direito, como uma legislação interna *corporis*. Acerca da criação de associações, Andrade Filho (2005), assim discorre:

A criação de associações ou fundações é uma manifestação do direito livre de associação para o qual a Constituição Federal de 1988 reservou a mais ampla liberdade de configuração. Toda e qualquer associação pode ser livre; todavia a associação dotada de personalidade jurídica deve passar pelo crivo da lei. Portanto aquela liberdade pode ser regulada pela lei que, todavia, não deve em princípio, impor que as restrições não passem pela bitola do princípio da proporcionalidade a exemplo do que ocorre com o princípio da livre empresa.

Quanto à vedação da legislação pela a busca do lucro, em que não é permitido haver qualquer distribuição de lucro aos associados, Pereira (1999) analisa da seguinte forma:

Associação de fins não lucrativos é aquela que se propõe a realizar atividades não destinadas a proporcionar interesse econômico a seus associados. Com esse critério, classificam-se ainda na categoria de associações ideais que realizam negócios visando ao alargamento patrimonial da pessoa jurídica, sem proporcionar ganhos aos associados. Assim, a procura de vantagens materiais acessórias, indispensáveis à sobrevivência da associação não lhe retira o caráter não lucrativo do fim social.

Em consonância com a análise de Pereira (1999), as associações esportivas que adquirem receitas com as premiações nas conquistas de títulos, nas vendas de direitos de transmissão e no comércio de materiais esportivos não perdem a categoria de associação, uma vez que este resultado seja voltado para a melhoria da infraestrutura da organização ou para a contratação de jogadores, ou seja, voltado para o patrimônio da entidade.

Portanto, entenda-se associações como pessoas jurídicas de direito privado, constituídos por pessoas com um objetivo em comum, porém não econômico. Vale ressaltar que não pode confundir o fim econômico com o fim lucrativo, uma vez que a associação, eventualmente, pode gerar riquezas (resultado positivo), a qual deve ser destinada para o aumento do patrimônio da associação e não para distribuição pessoal entre os associados.

2.2.2 - Das Sociedades Empresárias

A conceituação de sociedade empresária se mostra necessário uma vez que a transformação das entidades de práticas desportivas em clube-empresa, as associações poderão eventualmente assumir a natureza jurídica de empresa, conforme estabelecido no ordenamento jurídico, com o intuito de equiparar-se a um tipo societário já existente.

Para Rubens Requião (2005), a palavra sociedade destina-se à entidade constituída por várias pessoas, com objetivos econômicos. E assim, é definida no art. 981 do Código Civil: “Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados” (BRASIL, 2002).

O Código Civil, em seu art. 983, expõe que a sociedade empresária deve constituir-se segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, exemplificados como: sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade limitada; sociedade anônima; e sociedade em comandita por ações. No presente trabalho, considerando o escopo, não será explanado cada tipo societário, sendo assim, tratado o todo como sociedade empresária pelo fato de não ser o objetivo do estudo.

Acerca da definição de empresa, elucida Coelho (2004): “Conceitua-se empresa como sendo atividade, cuja marca essencial é a obtenção de lucros com o oferecimento ao mercado de bens e serviços, gerados estes mediante a organização dos fatores de produção (força de trabalho, matéria-prima, capital e tecnologia)”. No mesmo sentido, Rubens Requião (2005) destaca do conceito que a finalidade da empresa é o profissionalismo, atividade econômica organizada e produção e circulação de bens ou serviços.

Ao analisar tanto a definição de sociedade quanto a de empresa, tem-se que sociedade empresária é a união de empresários com objeto social em comum. Para Coelho (2004), empresariais são todas as sociedades que, conforme o disposto na norma do art. 982 do CC/2002 tenham por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro. Sendo que empresário é definido no art. 966 do Código Civil (2002) como:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Posto a caracterização de sociedade empresária, os times de futebol podem ser constituídos na composição de clube-empresa, visto que essas entidades são organizadas para a prática de atividade profissional com finalidade econômica por meio das transações de jogadores, cotas de televisão, venda de ingressos e outros produtos e serviços.

Conclui-se que sociedade empresária é a pessoa jurídica constituída por mais de uma pessoa, celebrado em contrato, que tem por objeto social o exercício da atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços. Vale destacar que, diferentemente das associações, a principal característica da sociedade empresária é a “atividade com finalidade econômica”, ou seja, a busca pela obtenção de lucros e a partilha dos resultados entre os sócios.

2.3 - Indicadores Financeiros

“As demonstrações contábeis objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.” (CPC, 2008)

De acordo com Gitman e Zutter (2017), as demonstrações financeiras contêm uma grande quantidade de informações, mas não é fácil digerir todas elas. Uma maneira de os analistas colocarem os dados financeiros em perspectiva é por meio do cálculo de uma variedade de índices financeiros. Matarazzo (2010) afirma que índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.

Para alguns usuários das informações, as demonstrações contábeis são de difíceis interpretações, e estes buscam como alternativas a análise por meios de indicadores financeiros para compreendê-las. Os índices financeiros são como facilitadores de entendimento dos

demonstrativos financeiros e servem para avaliar o desempenho econômico-financeiro de uma empresa.

Assaf Neto (2014) esclarece que um simples índice, isolado de outros complementares ou que ilustram a causa de seu comportamento, não fornece elementos suficientes para uma conclusão satisfatória. O autor ressalta-se ainda que, mesmo que se tenha mensurado um conjunto de índices complementares, é necessário efetuar uma comparação temporal e setorial.

Existem vários grupos de indicadores financeiros, porém o presente estudo tem enfoque principal em dois deles, que são os indicadores de liquidez e os indicadores de estrutura de capital.

Segundo Assaf Neto (2014), os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento (folga financeira) de uma empresa, ou seja, sua habilidade em cumprir corretamente com as obrigações passivas assumidas. Os indicadores de liquidez são: Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata e Liquidez Geral.

O índice de Liquidez Corrente, um dos índices financeiros mais comumente mencionados, mede a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo, e é expresso pela equação a seguir (GITMAN E ZUTTER, 2017):

$$LC = \frac{AC}{PC} \quad (1)$$

Onde:

LC – Liquidez Corrente

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

O índice de Liquidez Seca é similar ao índice de Liquidez Corrente, exceto pelo fato de que exclui o estoque, que geralmente é o ativo circulante menos líquido (GITMAN E ZUTTER, 2017). Logo, a Liquidez Seca é encontrada pela equação:

$$LS = \frac{AC-E}{PC} \quad (2)$$

Onde:

LS – Liquidez Seca

E – Estoques

O índice de Liquidez Imediata reflete a proporção das dívidas de curto prazo que pode ser saldada imediatamente pela empresa, por suas disponibilidades de caixa (ASSAF NETO, 2014). É obtido mediante a relação existente entre o disponível e o passivo circulante, ou seja:

$$LI = \frac{D}{PC} \quad (3)$$

Onde:

LI – Liquidez Imediata

D – Disponível

E o índice de Liquidez Geral retrata a saúde financeira a longo prazo da empresa (ASSAF NETO, 2014). Logo, a Liquidez Geral é semelhante à Liquidez Corrente, porém com a adição das contas do Realizável a Longo Prazo no numerador e Exigível a Longo Prazo no denominador, portanto, a fórmula usada para o cálculo deste índice é:

$$LG = \frac{AC+RLP}{PC+ELP} \quad (4)$$

Onde:

LG – Liquidez Geral

RLP – Realizável a Longo Prazo

ELP – Exigível a Longo Prazo

A literatura, considerando os autores Matarazzo (2010), Assaf Neto (2014) e Gitman e Zutter (2017), expõe que uma empresa é saudável financeiramente em relação à liquidez, quando estes índices apresentam resultados maiores ou igual a 1, ou seja, deste modo as empresas possuem recursos suficientes para quitar às dívidas, desde que observados os prazos de vencimento e renovações das obrigações.

A estrutura de capital de uma empresa é composta pelo seu capital próprio, que compreende o patrimônio líquido, e pelo capital de terceiros, que é formado pelos exigíveis de curto e longo prazo.

Os indicadores de estrutura de capital e endividamento são utilizados, segundo Assaf Neto (2014), para aferir a composição (estrutura) das fontes passivas de recursos de uma empresa. No mesmo sentido, Matarazzo (2010) completa que os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos.

Para Gitman e Zutter (2017), o índice de endividamento indica o volume de dinheiro de terceiros usados para gerar lucros. Quanto mais dívidas a empresa tiver, maior é o risco de não poder honrar seus pagamentos de dívidas contratuais. Os índices de estrutura de capital são: Endividamento de Curto Prazo, Participação de Capitais de Terceiro (Endividamento Total), Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização dos Recursos Não Correntes.

O índice de Endividamento de Curto Prazo, segundo Matarazzo (2010), evidencia a relação entre a dívida da empresa de curto prazo com o seu capital próprio. Logo, este indicador é encontrado pela fórmula:

$$ECP = \frac{PC}{PL} \quad (5)$$

Onde:

ECP – Endividamento de Curto Prazo

PL – Patrimônio Líquido

A Participação de Capital de Terceiros, ou também conhecido como Endividamento Total, é a relação entre as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, o capital de terceiros e o capital próprio (MATARAZZO, 2010). Assaf Neto (2014) esclarece que este índice revela a dependência da empresa em relação ao seu financiamento por meio de recursos próprios. O Endividamento Total é calculado da seguinte maneira:

$$ET = \frac{CT}{PL} \quad (6)$$

Onde:

ET – Endividamento Total

CT – Capital de Terceiros

Em que, Capital de Terceiros representa as contas do Passivo Circulante e Passivo não Circulante.

Após conhecer o nível de Participação de Capital de Terceiros faz necessário analisar qual a composição dessas dívidas. A Composição do Endividamento é o índice que indica, segundo Matarazzo (2010), o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. Portanto, a Composição do Endividamento é calculado pela fórmula:

$$CE = \frac{PC}{CT} \quad (7)$$

Onde:

CE – Composição do Endividamento

Para Matarazzo (2010) o índice de Imobilização do Patrimônio Líquido informa o quanto de recursos do Patrimônio Líquido foi aplicado no Ativo Permanente. Entenda-se Ativo Permanente como Ativo Não Circulante, o qual compreende as contas de Realizável a Longo

Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. A fórmula da Imobilização do Patrimônio Líquido é:

$$IPL = \frac{AP}{PL} \quad (8)$$

Onde:

IPL – Imobilização do Patrimônio Líquido

AP – Ativo Permanente

Já a Imobilização de Recursos Não Correntes, de acordo com Assaf Neto (2014), indica a porcentagem de recursos passivos a longo prazo (não correntes) que se encontra imobilizado em itens ativos, ou seja, aplicados no Ativo Permanente. Este índice é calculado por:

$$IRNC = \frac{AP}{PL+ELP} \quad (9)$$

Onde:

IRNC - Imobilização de Recursos Não Correntes

Quanto a interpretação dos resultados dos indicadores de estrutura de capital, os autores Matarazzo (2010), Assaf Neto (2014) e Gitman e Zutter (2017) defendem que o ideal em termos financeiros para estes índices são resultados inferiores a 100%.

Embora exista diversas formas de avaliar o desempenho econômico financeiro de uma empresa, como por exemplo estudos de *valuation*, *payback*, projeções de fluxos de caixa e outros, a análise por meio de indicadores se mostra viável devido a disponibilidade de dados e informações divulgados pelos times de futebol. Os autores citados neste capítulo afirmam que, a partir dos dados apresentados, é possível extrair boas inferências acerca dessas entidades.

3. METODOLOGIA

O presente estudo apresenta uma pesquisa de caráter descritiva, em que para a coleta de dados foram utilizados procedimentos de cunho bibliográfico e documental, e abordagem de natureza quantitativa.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), tem como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Neste tipo de pesquisa, é feita a coleta de dados, análise e interpretação dos mesmos, sem a interação do pesquisador no assunto analisado.

Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica se fundamenta a partir do conhecimento disponível em fontes bibliográficas, principalmente livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental é semelhante a pesquisa bibliográfica, mas baseada em fontes documentais.

A abordagem adotada no estudo caracteriza-se por ser quantitativa, pois de acordo com Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis.

Os dados da pesquisa foram coletados no site da Federação Paulista de Futebol-FPF, em que foram analisadas as demonstrações financeiras dos clubes de futebol da primeira divisão da federação paulista, compreendendo a Série A1, Série A2 e Série A3, no período de 2016 a 2018.

Atualmente, a primeira divisão da FPF é composta por 48 equipes, sendo 38 que se organizam na forma de associação e 10 instituições constituídas na composição de clube-empresa. Porém, o Red Bull Bragantino, antigo Clube Atlético Bragantino, passou de associação para ser controlado pela multinacional de bebidas energéticas Red Bull no ano de 2019 e, portanto, para o período de análise do estudo será tratado como Clube Atlético Bragantino. Já o Botafogo Futebol S/A deixou de ser associação para se tornar sociedade anônima em maio de 2018, logo, para fins de análise da pesquisa nos anos de 2016 e 2017 foi considerado como clube associativo e para o ano de 2018 clube-empresa.

Dos clubes-empresas, apenas o Grêmio Esportivo Osasco Eireli não apresentou as demonstrações contábeis no ano de 2018. Já nos clubes não-empresa, o Barretos E.C, Batatais F.C., Capivariano F.C., Comercial F.C, E.C. São Bernardo, E. C. Primavera e Portuguesa Desportiva foram os clubes que não apresentaram demonstrações financeiras em nenhum dos anos de análise e, portanto, foram excluídos da amostra. Em 2016, três clubes associativos não

divulgaram as demonstrações contábeis e em 2018 foram quatro times. A relação dos clubes de futebol que compôs a amostra desta pesquisa encontra-se no APÊNDICE A, ao final do estudo.

Antes de se aplicar as equações demonstradas no capítulo anterior, todos os dados das demonstrações contábeis foram divididos pelos respectivos ativos das entidades, uma vez que poder-se-ia ter influência das grandezas das entidades quando se apuraria os indicadores em questão.

Já no levantamento de dados observou-se que certas entidades não eram comparadas às outras quanto aos indicadores de estrutura de capital, sendo segregados em grupos de entidades que apresentavam Patrimônio Líquido - PL das outras que apresentavam Passivo a Descoberto.

Para os cálculos dos indicadores financeiros que foram apresentados na seção anterior deste estudo, foi feita a transcrição dos dados para o software Excel e posteriormente para o software Word para elaboração das tabelas. O Índice de Liquidez Seca foi excluído da pesquisa por não ser relevante para os times de futebol, pois apenas 4 dos 41 clubes analisados registraram estoques no lapso temporal estudado. A interpretação de cada indicador financeiro é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 1- Interpretação dos Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	Interpretação
Liquidez Corrente (LC)	Quanto maior, melhor
Liquidez Imediata (LI)	
Liquidez Geral (LG)	
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	Quanto menor, melhor
Participação de Capital de Terceiros (Endividamento Total)	
Composição Endividamento (CE)	
Imobilização do PL (IPL)	
Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC)	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, de acordo com os dados apresentados nas demonstrações financeiras, os indicadores foram apurados. Entretanto, observou-se que a ausência de Patrimônio Líquido não permitiu que índices de estrutura de capital em que tem o PL na fórmula fossem calculados, bem como os sinais negativos poderiam gerar interpretações equivocadas. Diante dessa situação, optou-se pelo não cálculo e interpretações quando a situação levaria a uma interpretação equivocada.

4. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são apresentados na forma de tabelas para melhor visualização dos resultados. A tabela 1 a seguir apresenta a média para cada ano analisado e a média geral dos indicadores de liquidez dos clubes associativos e dos clubes empresas.

Tabela 1 – Indicadores de Liquidez

ÍNDICES	CLUBES-ASSOCIATIVOS				CLUBES-EMPRESAS			
	2016	2017	2018	GERAL	2016	2017	2018	GERAL
LC	0,9853	1,3348	3,5993	1,9063	0,0951	0,2485	0,3320	0,2252
LI	0,5135	0,3349	2,1233	0,9394	0,0216	0,0155	0,0998	0,0456
LG	0,6241	0,9054	0,8146	0,7830	0,0970	0,1904	0,2903	0,1956

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela 1, os indicadores de liquidez em geral dos clubes associativos aumentaram ao longo do tempo. O índice de Liquidez Corrente foi o único que, na média geral, apresentou resultado maior que 1, o que significa que os clubes associativos em geral possuem folga no Ativo Circulante para cumprir com suas obrigações no curto prazo. Já os índices de Liquidez Imediata e Liquidez Geral dos times associativos foram menores que 1, porém o indicador de Liquidez Imediata revelou um aumento significativo passando de 0,5135 em 2016 para 2,1233 em 2018, enquanto o índice de Liquidez Geral demonstrou um aumento mais discreto.

Verifica-se na tabela 1 que, apesar de os clubes empresas, assim como os clubes associativos, apresentarem um aumento no lapso temporal analisado nos indicadores de liquidez, em todos os anos a média foi menor que 1. Ou seja, os times que são geridos por empresas não apresentam, de acordo com esses indicadores, capacidade de liquidar suas obrigações tanto no curto quanto no longo prazo. Vale destacar que, dos 9 clubes empresas, apenas o Desportivo Brasil LTDA evidenciou, pelo menos em um dos anos, índice de liquidez maior que 1, que foi a Liquidez Corrente em 2017 e em 2018, sendo, respectivamente, de 1,1222 e de 1,1375.

Portanto, observa-se na tabela 1 que os clubes constituídos na estrutura de associações apresentaram para todos os indicadores de liquidez resultados melhores que o times constituídos na estrutura societária de empresas, pois a média geral de todos indicadores dos clubes associativos foram maiores que a média geral dos clubes empresas.

A tabela 2 adiante, apresenta os dados dos clubes de futebol segregados em clubes-associativos e clubes-empresas em relação a média do indicador de Liquidez Corrente.²

Tabela 2 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Liquidez Corrente

CLUBES-ASSOCIATIVOS		CLUBES-EMPRESAS	
Maior média apurada	16,6914	Maior média apurada	0,7992
(+) Acima da média	8 Clubes	(+) Acima da média	3 Clubes
Média	1,9063	Média	0,2252
(-) Abaixo da média	25 Clubes	(-) Abaixo da média	6 Clubes
Menor média apurada	-0,016	Menor média apurada	-0,0252

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 33 clubes organizados na forma de associação, 8 times apresentaram média do período maior que a média geral para o índice de Liquidez Corrente, sendo o Oeste Futebol Clube como clube que evidenciou melhor resultado no período (16,6914) e a Associação Atlética Portuguesa com o pior resultado (-0,0160). Vale destacar o Esporte Clube Água Santa encontra-se abaixo da média dos clubes-associativos, porém apresentou média de Liquidez Corrente de 1,5032 que é o recomendado pela literatura, ou seja, maior que 1.

Já nos clubes organizados na forma de sociedade empresária, 3 times apresentaram média do período superior à média geral para o índice de Liquidez Corrente, enquanto 6 times evidenciaram média inferior para o mesmo indicador. O Desportivo Brasil Participações LTDA foi o clube-empresa com melhor resultado para o período e o Paulista Futebol Clube LTDA com pior resultado, tendo inclusive média negativa para o período, ou seja, este clube possui, em média, obrigações de curto prazo maiores do que ativos de curto prazo.

Tabela 3 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Liquidez Imediata

CLUBES-ASSOCIATIVOS		CLUBES-EMPRESAS	
Maior média apurada	16,6914	Maior média apurada	0,2086
(+) Acima da média	6 Clubes	(+) Acima da média	4 Clubes
Média	0,9394	Média	0,0456
(-) Abaixo da média	27 Clubes	(-) Abaixo da média	5 Clubes
Menor média apurada	0,0000	Menor média apurada	0,0002

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela 3 é demonstrada a quantidade de clubes em torno da média quanto ao índice de Liquidez Imediata³. No caso deste indicador, 18,75% dos clubes associativos da pesquisa estão acima da média do indicador de liquidez imediata, enquanto 81,25% destes clubes estão abaixo. Assim como no índice anterior, o Oeste Futebol Clube foi o time que apresentou maior média para o índice de Liquidez Imediata. O Clube Atlético Bragantino não apresentou valores para a conta do Disponível nas demonstrações contábeis no período analisado e, portanto, não evidenciou índice de Liquidez Imediata.

² O quadro com detalhamento dos clubes acima e abaixo da média estão no apêndice B.

³ O quadro com detalhamento dos clubes acima e abaixo da média estão no apêndice C.

No caso dos clubes-empresas, 44,44% dos times composto por sociedade empresária estão acima da média para o índice de Liquidez Imediata e 55,56% estão abaixo da média, o que representa uma distribuição mais homogênea dos clubes em relação a média dos mesmos. O Desportivo Brasil Participações LTDA, novamente, foi o clube com melhor resultado e o São Caetano Futebol Clube LTDA foi o time com pior resultado para a média do índice de Liquidez Imediata.

A tabela 4 a seguir apresenta a relação dos clubes-associativos e dos clubes-empresas conforme a média geral de cada time para o índice de Liquidez Geral⁴.

Tabela 4 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Liquidez Geral

CLUBES-ASSOCIATIVOS		CLUBES-EMPRESAS	
Maior média apurada	13,3025	Maior média apurada	0,5414
(+) Acima da média	7 Clubes	(+) Acima da média	4 Clubes
Média	0,7830	Média	0,1956
(-) Abaixo da média	26 Clubes	(-) Abaixo da média	5 Clubes
Menor média apurada	-0,0116	Menor média apurada	-0,0044

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na análise da liquidez de longo prazo dos clubes-associativos, os 7 times que evidenciaram média superior à média geral dos clubes-associativos, apresentaram resultados maiores que 1, enquanto as outras 26 equipes que se encontram abaixo da média geral para o indicador de Liquidez Geral apresentaram resultados menores que 1. O clube-associativo com melhor resultado no lapso temporal para a Liquidez Geral foi o Sport Club Atibaia com 13,3025 e o pior foi a Associação Atlética Portuguesa com -0,0116.

No caso dos clubes-empresas, a distribuição destes clubes foi semelhante ao índice anterior, em que das 9 sociedades empresárias da pesquisa, 4 times se encontram acima da média e 5 estão abaixo da média. O São Caetano Futebol LTDA, que no indicador anterior estava abaixo da média geral, está acima da média geral para o índice de Liquidez Geral e o Grêmio Esportivo Osasco Eireli, que estava acima no índice de Liquidez Imediata, encontra-se abaixo da média geral para o indicador de liquidez de longo prazo. O Desportivo Brasil Participações LTDA foi o clube-empresa que apresentou melhor média geral para todos os indicadores de liquidez.

Na análise da estrutura de capital, dos 9 clubes-empresas, 6 deles apresentaram a conta do Patrimônio Líquido com resultado negativo (Passivo a Descoberto) para todos os anos, entretanto, os outros 3 times restantes obtiveram resultado positivo para essa conta somente em um dos três anos da pesquisa. Já dos 33 clubes associativos, 15 deles apresentaram Patrimônio Líquido a Descoberto em todos os anos.

⁴ O quadro com detalhamento dos clubes acima e abaixo da média estão no apêndice D.

O fato de o PL estar negativo indicaria a descontinuidade da atividade, entretanto, observou-se que os clubes permanecem em atividades a despeito da situação financeira.

A tabela 5, adiante, demonstra a média de cada ano e a média geral dos indicadores de estrutura de capital dos clubes associativos e dos clubes empresas que obtiveram resultado positivo na conta do Patrimônio Líquido.

Tabela 5 – Indicadores de Estrutura de Capital

ÍNDICES	CLUBES-ASSOCIATIVOS				CLUBES-EMPRESAS			
	2016	2017	2018	GERAL	2016	2017	2018	GERAL
ECP	87,38%	42,64%	47,01%	59,15%	-	-	-	-
ET	42,61%	170,94%	138,01%	117,41%	-	-	-	-
CE	49,40%	56,38%	52,98%	52,98%	66,52%	61%	63,34%	63,62%
IPL	72,55%	226,79%	179,81%	160,23%	-	-	-	-
IRNC	160,18%	63,04%	73,09%	99,07%	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a tabela acima, o Endividamento de Curto Prazo dos clubes associativos foi de redução ao longo do tempo, por outro lado, o Endividamento Total destes times aumentou durante o mesmo período. Isto significa, que ao longo do tempo, os clubes diminuíram as dívidas de curto prazo, em contrapartida, aumentaram as obrigações de longo prazo. Os clubes associativos apresentaram média geral de 117,41% ao final do período para o índice de Endividamento Total, sendo assim maior que 100%, o que representa, de acordo com a literatura, uma dependência exagerada de capital de terceiros para continuidade das entidades.

De acordo com a tabela 5, a Composição do Endividamento dos clubes associativos não variou muito ao longo do tempo, o que demonstra que quase metade das dívidas destes clubes são vencíveis a curto prazo. No caso dos clubes-empresas, o índice da Composição do Endividamento uma pequena redução durante o período, dessa forma, os clubes empresas evidenciaram uma melhora no perfil da dívida com o passar dos anos, visto que, conforme a literatura, é preferível ter obrigações a longo prazo, pois assim a empresa dispõe de tempo para gerar recursos para liquidar essas dívidas. Mesmo assim, segundo os resultados encontrados, os clubes associativos possuem um perfil de dívida mais adequado que os clubes empresas, pois apresentam média geral menor para este indicador.

Observa-se pelo indicador de Imobilização do Patrimônio Líquido, que em 2016, em média 72,55% do Patrimônio Líquido dos clubes associativos foram investidos no Ativo Permanente, enquanto os restantes 27,45% encontram-se aplicados no Ativo Circulante. Porém, no restante do período analisado, os times imobilizaram todo o Patrimônio Líquido mais parte dos recursos de terceiros no Ativo Permanente, o que não é recomendado pela literatura, pois o

ideal em termos financeiros é a empresa dispor de PL suficiente para cobrir o Ativo Permanente e parte do Ativo Circulante.

Já na análise da Imobilização dos Recursos Não Correntes, que tem como diferença do índice anterior a adição do Exigível a Longo Prazo no denominador, os clubes de estrutura associativa apresentaram grande redução no lapso temporal com média ao final do período de 99,07%. Resultado este, que está dentro do que é o indicado pela literatura que, em regra, não deve ser superior a 100%.

A tabela 6 a seguir, reflete a quantidade de clubes-associativos em relação a média do indicador de Endividamento de Curto Prazo⁵.

Tabela 6 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Endividamento de Curto Prazo

CLUBES-ASSOCIATIVOS	
Maior média apurada	346,76%
(+) Acima da média	7 Clubes
Média	59,15%
(-) Abaixo da média	11 Clubes
Menor média apurada	-13,38%

Fonte Elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela 6, 7 dos 18 clubes-associativos analisados na estrutura de capital estão acima da média geral para o índice de Endividamento de Curto Prazo. Apesar de o Guarani Futebol Clube e o Ituano Futebol Clube estarem acima da média dos clubes-associativos, os seus respectivos resultados de 96,79% e 92,46%, estão dentro dos valores recomendados pela literatura, os quais não devem ser superiores a 100%.

O Esporte Clube Água Santa e o Esporte Clube Santo André apresentaram média do período com sinais negativos, pois em dois dos três anos analisados os mesmos evidenciaram a Patrimônio Líquido a Descoberto. O São Paulo Futebol Clube foi o clube organizado na forma de associação que apresentou o maior índice de Endividamento de Curto Prazo (346,76%), enquanto o Atlético Monte Azul foi o time que apresentou o menor índice para esse indicador (-13,38%).

Tabela 7 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Endividamento Total

CLUBES-ASSOCIATIVOS	
Maior média apurada	965,89%
(+) Acima da média	8 Clubes
Média	117,41%
(-) Abaixo da média	10 Clubes
Menor média apurada	-73,89%

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁵ O quadro com detalhamento dos clubes acima e abaixo da média estão no apêndice E.

A tabela 7 é semelhante a tabela anterior, porém o indicador a que se refere esta tabela é o indicador de Endividamento Total⁶. Nesta tabela, percebe-se que são 8 clubes-associativos com resultados para o índice de Endividamento Total maiores que a média geral. A Associação Atlético Ponte Preta, que no índice de ECP estava abaixo da média geral, se encontra acima da média geral para o índice de ET.

Assim como no indicador anterior, o São Paulo Futebol Clube é o time que evidenciou o maior índice de Endividamento Total. Já o clube-associativo que apresentou o melhor resultado para o índice de ET foi o Rio Preto Esporte Clube com o índice de 1,10%, ou seja, em média, a cada R\$ 100,00 de capital próprio, a associação tomou R\$ 1,10 emprestados de Capital de Terceiros.

Tabela 8 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Composição do Endividamento

CLUBES-ASSOCIATIVOS		CLUBES-EMPRESAS	
Maior média apurada	100%	Maior média apurada	100%
(+) Acima da média	7 Clubes	(+) Acima da média	5 Clubes
Média	52,98%	Média	63,62%
(-) Abaixo da média	11 Clubes	(-) Abaixo da média	4 Clubes
Menor média apurada	0,27%	Menor média apurada	4,84%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 8 apresenta a relação dos dados dos clubes-associativos e dos clubes-empresas referentes a média geral dos respectivos clubes para o índice de Composição do Endividamento⁷.

Segundo a tabela 8, dos 18 clubes-associativos analisados, 7 deles possuem mais da metade das dívidas vencíveis no curto prazo. Vale ressaltar que 100% das obrigações dos times Esporte Clube Água Santa, Sport Club Atibaia, Esporte Clube Taubaté e Associação Esportiva Velo Clube Rioclarence são obrigações de curto prazo. O Atlético Monte Azul foi o clube-associativo que apresentou a menor média na participação de dívidas de curto prazo em relação as dívidas totais no lapso temporal com o resultado de 0,27%.

No caso dos clubes-empresas, apenas o Red Bull Futebol e Entretenimento LTDA evidenciou 100% de obrigações de curto prazo em relação as obrigações totais. A sociedade empresária Grêmio Esportivo Osasco Eireli foi a que apresentou, em média, o melhor perfil de dívida entre os clubes-empresas, uma vez que apresentou média no período de 4,84% para o índice de Composição do Endividamento.

Tabela 9 – Quantidade de Clubes em Torno da Média do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido

CLUBES-ASSOCIATIVOS	
Maior média apurada	808,64%
(+) Acima da média	8 Clubes
Média	160,23%

⁶ O quadro com detalhamento dos clubes acima e abaixo da média estão no apêndice F.

⁷ O quadro com detalhamento dos clubes acima e abaixo da média estão no apêndice G.

(-) Abaixo da média	10 Clubes
Menor média apurada	4,80%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela 9 é demonstrado a quantidade de clubes-associativos em relação a média geral destas equipes para o indicador de Imobilização do Patrimônio Líquido⁸. Dos clubes-associativos analisados, 8 times apresentaram média no período maior do que a média geral dos times organizados na estrutura societária de associação. Apesar das equipes Atlético Monte Azul, Clube Atlético Linense e o Clube Atlético Juventus estarem abaixo da média geral no ranking, estes clubes evidenciaram para o índice de IPL valores maiores do que o recomendado pela literatura que no caso é de 100%.

O São Paulo Futebol Clube foi o clube que apresentou a maior média do período para resultado do índice de Imobilização do Patrimônio Líquido, sendo o resultado de 808,64%, que representa que, em média, este clube aplicou todo o Patrimônio Líquido mais recursos de terceiros no Ativo Permanente. A Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense foi o time que apresentou a menor média no lapso temporal para o índice de IPL com o resultado de 4,80%.

Tabela 10 – Quantidade de Clubes em Torno do Índice de Imobilização Recursos Não Correntes

CLUBES-ASSOCIATIVOS	
Maior média apurada	306,67%
(+) Acima da média	12 Clubes
Média	99,07%
(-) Abaixo da média	6 Clubes
Menor média apurada	4,80%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 10 acima, apresenta a quantidade de clubes-associativos em relação à média geral destes times para o índice de Imobilização de Recursos Não Correntes⁹.

De acordo com a tabela 10, 66,67% dos clubes associativos analisados se encontram acima da média geral do índice de IRNC destes clubes. Embora o Atlético Monte Azul e o Rio Preto Esporte Clube estejam acima da média geral, eles apresentaram, em média, resultados adequados para o índice de IRNC conforme a literatura, ou seja, menor do que 100%.

O clube-associativo que evidenciou a maior média do período para o índice de Imobilização de Recursos Não Correntes foi o Esporte Clube Taubaté com média de 306,67%, enquanto o time associativo de futebol que apresentou a menor média do período para o mesmo indicador foi a Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense com média de 4,80%.

⁸ O quadro com detalhamento dos clubes acima e abaixo da média estão no apêndice H.

⁹ O quadro com detalhamento dos clubes acima e abaixo da média estão no apêndice I.

5. CONCLUSÃO

O estudo teve como limitações o fato de não terem sido encontrados às demonstrações financeiras de todos os clubes, o que ocasionou a exclusão de sete times da amostra, e da impossibilidade de realizar uma análise completa da estrutura de capital dos clubes que apresentam Patrimônio Líquido a Descoberto.

Conforme o cenário apresentado, o presente estudo possibilitou analisar o desempenho econômico-financeiro, por meio de indicadores de liquidez e de endividamento, dos times da primeira divisão da Federação Paulista de Futebol nos anos de 2016, 2017 e 2018. Além disso, o estudo permitiu realizar uma comparação entre os dois modelos de estrutura societária das entidades esportivas, sendo, de um lado, os clubes que se organizam na forma de associações, e de outro, clubes que se organizam na forma de sociedade empresária.

A partir dos resultados encontrados, é possível inferir que todos os times melhoraram a liquidez de suas contas ao longo do período analisado, e que os clubes associativos possuem melhores capacidades de cumprir com suas obrigações para todos os anos da pesquisa do que os clubes geridos por empresas. Quanto ao grau de endividamento, de forma geral, os clubes apresentam elevados níveis de endividamento, sendo os clubes empresas com maiores índices.

Assim, conclui-se que o grau/nível de liquidez e de endividamento dos clubes associativos e clubes-empresas não é saudável, considerando que os autores, como Matarazzo (2010), Assaf Neto (2014) e Gitman e Zutter (2017) dizem que o ideal para uma entidade estar saudável é quando esses indicadores apresentam resultados tais como, para os índices de liquidez resultados maiores ou iguais a 1, para os índices ECP, ET, IPL e IRNC resultados menores que 100% e para o índice de CE resultado igual ou menor que 50%.

Vale ressaltar, como resultado da pesquisa, a grande quantidade de clubes que possuem Patrimônio Líquido Descoberto oriundos de prejuízos acumulados, em que no caso dos clubes empresas são quase a sua totalidade. Nesse sentido, ressaltasse a necessidade da profissionalização das gestões administrativas e financeiras das entidades desportivas, visando melhorar a capacidade de pagamentos e diminuir o nível de endividamento destas entidades.

Sugere-se, para pesquisas futuras, ampliar a análise deste estudo para clubes de futebol de outras regiões do Brasil, e também, para outras modalidades esportivas, e se possível, estabelecer uma comparação com os clubes de futebol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, José A. B.; PIERANTI, Octavio P. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no brasil. *RAE-eletrônica*, v. 6 n. 1 Art. 1, jan./jun. 2007.
- ANDRADE FILHO, Edmar O. **Desconsideração da personalidade jurídica no novo Código Civil**. São Paulo: MP Editora, 2005.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BASTOS, Celso R. **Comentários a Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BERTELLA, André de C. **O clube de futebol como sociedade empresária**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.
- BRASIL. Câmara dos deputados. **Decreto-lei n. 3.199**, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5.082/2016**. Cria a via societária, e estabelece procedimentos de governança e de natureza tributárias, para modernização do futebol, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082511>>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 8.672**, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 9.615**, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 29 de nov. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 9.981**, de 14 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9981.htm#:~:text=LEI%20No%209.981%2C%20DE%2014%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n,Art.>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.395**, de 16 de março de 2011. Altera as Leis nº s 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CBF apresenta relatório sobre papel do futebol na economia do Brasil. **CBF**, 2019. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/cbf-apresenta-relatorio-sobre-papel-do-futebol-na-economia-do-brasil>>. Acesso em: 23 out. 2020.

COELHO, Fábio U. **Manual de direito comercial**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS – CPC. **CPC 00 - Estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 19 set. 2020.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL. **Federação Paulista de Futebol**, 2020. Esse é o meu jogo. Disponível em: <<https://futebolpaulista.com.br/Home/>>. Acesso em: 22 set. 2020.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. **Princípios de administração financeira**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

MAIS da metade do mundo assistiu à quebra de recorde da Copa do Mundo de 2018. **Fifa.com**, 2018. Disponível em: <<https://www.fifa.com/worldcup/news/more-than-half-the-world-watched-record-breaking-2018-world-cup>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MARADONA é enterrado ao lado dos pais em cerimônia com 25 pessoas. **GloboEsporte.com**, 2020. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/carro-com-corpo-de-maradona-deixa-casa-rosada-e-segue-cortejo-ate-cemiterio.ghtml>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MUNIZ, Luciani da S.; SILVA, Maicon da. Análise das demonstrações contábeis dos clubes brasileiros de futebol: comparação entre a situação econômica e financeira e o aproveitamento nas partidas oficiais de 2015 a 2017. **Cafi**, v. 3 n. 1, p. 17-32. 2020. ISSN 2595-1750.

NASCIMENTO, J. C. H. B.; NOSSA, V.; BERNARDES, J. R.; SOUSA, W. D. A eficiência dos maiores clubes de futebol brasileiros: evidências de uma análise longitudinal no período de 2006 a 2011. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 137- 161, maio/ago. 2015.

NUNES, Gabriel J. R. **Evolução da legislação aplicada ao desporto no Brasil**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/39518/evolucao-da-legislacao-aplicada-ao-desporto-no-brasil>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

OHANA, Victor. Times Brasileiros têm mais a ganhar ou a perder virando clube-empresa?. **CartaCapital**, 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/times-brasileiros-tem-mais-a-ganhar-ou-a-perder-virando-clube-empresa/#:~:text=Em%2012%20de%20dezembro%2C%20o,Paranaense%20tamb%C3%A9m%20estudam%20a%20ideia>>. Acesso em: 27 out. 2020.

O que é o PIB. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

PEREIRA, Caio M. da S. **Curso de direito Civil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

REQUIÃO, Rubens E. **Curso de direito comercial**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Ananias F. dos; GREUEL, Marcos A. Análise da gestão financeira e econômicas dos clubes brasileiros de futebol: uma aplicação da análise das componentes principais. **XIII SemeAd Seminários em Administração**. Set. 2010. ISSN 2177-3866.

SANTOS, Geovane C. dos; SILVA, Laise T. **Liquidez e endividamento dos clubes de futebol do campeonato brasileiro – um fator preocupante a continuidade do futebol?**. 6º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, Santa Catarina. 2015.

SILVA, Thiago B. de J.; RENGEL, Rodrigo; SOUSA, Allison M. de; LAVARDA, Carlos E. F. Contabilidade futebol clube: uma revisão da literatura contábil sobre clubes de futebol. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**. São Paulo, v. 8 n. 3, p. 309-325. Set./dez. 2019.

SILVEIRA, Henrique D. da; MELO, Eduardo de L. Captação de recursos nos clubes de terceira divisão do futebol cearense em 2017. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)**. São Paulo, v. 3 n. 1, p. 115-126. Mai. 2018. ISSN 2448-3052.

TUBINO, Manoel J. G. **O que é esporte**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

APÊNDICE A – Lista dos Clubes de Futebol da Amostra

CLUBES-ASSOCIATIVOS	CLUBES-EMPRESAS
Associação Atlética Internacional	Botafogo Futebol S/A
Associação Atlética Ponte Preta	Clube Atlético Votuporanguense LTDA
Associação Atlética Portuguesa	Desportivo Brasil Participações LTDA
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense	Ferrovária Futebol S/A
Atlético Monte Azul	Grêmio Esportivo Osasco EIRELI
Clube Atlético Bragantino	Paulista Futebol Clube LTDA
Clube Atlético Juventus	Red Bull Futebol e Entretenimento LTDA
Clube Atlético Linense	São Bernardo Futebol Clube LTDA
Clube Atlético Penapolense	São Caetano Futebol LTDA
Esporte Clube Água Santa	
Esporte Clube Noroeste	
Esporte Clube Santo André	
Esporte Clube São Bento	
Esporte Clube Taubaté	
Esporte Clube XV de Novembro	
Grêmio Novorizontino	
Grêmio Osasco Audax Esporte Clube	
Guarani Futebol Clube	
Ituano Futebol Clube	
Marília Atlético Clube	
Mirassol Futebol Clube	
Nacional Atlético Clube	
Oeste Futebol Clube	
Olimpia Futebol Clube	
Rio Claro Futebol Clube	
Rio Preto Esporte Clube	
Santos Futebol Clube	
São Paulo Futebol Clube	
Sertãozinho Futebol Clube	
Sociedade Esportiva Palmeiras	
Sport Club Atibaia	
Sport Club Corinthians Paulista	

Fonte: Dados da pesquisa.

**APÊNDICE B – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de
Liquidez Corrente**

CLUBES-ASSOCIATIVOS	CLUBES-EMPRESAS
Oeste Futebol Clube – 16,6914	Desportivo Brasil Participações LTDA – 0,7992
Sport Club Atibaia – 13,3025	Botafogo Futebol S/A – 0,6071
Rio Claro Futebol Clube – 10,0109	Grêmio Esportivo Osasco EIRELI- 0,3225
Atlético Monte Azul – 4,7562	MÉDIA – 0,2252
Grêmio Osasco Audax Esporte Clube – 3,6007	São Caetano Futebol LTDA – 0,2150
Mirassol Futebol Clube – 3,1724	Red Bull Futebol e Entretenimento LTDA – 0,1733
Clube Atlético Linense – 2,8060	São Bernardo Futebol Clube LTDA – 0,1194
Rio Preto Esporte Clube – 2,0131	Clube Atlético Votuporanguense LTDA – 0,0679
MÉDIA – 1,9063	Ferrovária Futebol S/A – 0,0348
Esporte Clube Água Santa – 1,5032	Paulista Futebol Clube LTDA - -0,0252
Ituano Futebol Clube – 0,9282	
São Paulo Futebol Clube – 0,7478	
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense – 0,5361	
Sport Club Corinthians Paulista – 0,4865	
Esporte Clube São Bento – 0,4285	
Sociedade Esportiva Palmeiras – 0,3583	
Clube Atlético Juventus – 0,2814	
Esporte Clube Santo André – 0,2343	
Santos Futebol Clube – 0,1934	
Olimpia Futebol Clube – 0,1806	
Grêmio Novorizontino – 0,1720	
Associação Atlética Ponte Preta – 0,1573	
Botafogo – 0,1504	
Esporte Clube XV de Novembro – 0,1489	
Sertãozinho Futebol Clube – 0,0713	
Clube Atlético Bragantino – 0,0562	
Esporte Clube Taubaté – 0,0377	
Nacional Atlético Clube – 0,0308	
Associação Atlética Internacional – 0,0061	
Clube Atlético Penapolense – 0,0056	
Marília Atlético Clube – 0,0037	
Esporte Clube Noroeste – 0,0014	

Guarani Futebol Clube – 0,0014	
Associação Atlética Portuguesa - -0,0160	

Fonte: Dados da pesquisa.

**APÊNDICE C – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de
Liquidez Imediata**

CLUBES-ASSOCIATIVOS	CLUBES-EMPRESAS
Oeste Futebol Clube – 16,6914	Desportivo Brasil Participações LTDA – 0,2086
Atlético Monte Azul – 4,7562	Botafogo Futebol S/A – 0,1537
Sport Club Atibaia – 3,0823	Grêmio Esportivo Osasco EIRELI – 0,0561
Clube Atlético Linense – 1,1460	Red Bull Futebol e Entretenimento LTDA – 0,0479
Esporte Clube Água Santa – 1,1304	MÉDIA – 0,0456
Mirassol Futebol Clube – 0,9569	Clube Atlético Votuporanguense LTDA – 0,0117
MÉDIA – 0,9394	Ferrovária Futebol S/A – 0,0045
Grêmio Osasco Audax Esporte Clube – 0,6401	São Bernardo Futebol Clube LTDA – 0,0021
Rio Claro Futebol Clube – 0,5583	Paulista Futebol Clube LTDA – 0,0013
Olimpia Futebol Clube – 0,1806	São Caetano Futebol LTDA – 0,0002
Botafogo – 0,1504	
Sociedade Esportiva Palmeiras – 0,0961	
Esporte Clube São Bento – 0,0949	
Grêmio Novorizontino – 0,0609	
Esporte Clube XV de Novembro – 0,0599	
Associação Atlética Ponte Preta – 0,0595	
Rio Preto Esporte Clube – 0,0443	
São Paulo Futebol Clube – 0,0413	
Sertãozinho Futebol Clube – 0,0386	
Esporte Clube Santo André – 0,0384	
Clube Atlético Juventus – 0,0357	
Ituano Futebol Clube – 0,0260	
Esporte Clube Taubaté – 0,0235	
Nacional Atlético Clube – 0,0096	
Santos Futebol Clube – 0,0071	
Associação Atlética Internacional – 0,0061	
Sport Club Corinthians Paulista – 0,0038	
Associação Atlética Portuguesa – 0,0032	
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense – 0,0022	
Esporte Clube Noroeste – 0,0010	
Clube Atlético Penapolense – 0,0005	
Guarani Futebol Clube – 0,0004	

Marília Atlético Clube – 0,0003	
Clube Atlético Bragantino – 0,0000	

Fonte: Dados da pesquisa.

**APÊNDICE D – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de
Liquidez Geral**

CLUBES-ASSOCIATIVOS	CLUBES-EMPRESAS
Sport Club Atibaia – 13,3025	Desportivo Brasil Participações LTDA – 0,5414
Oeste Futebol Clube – 3,3397	Botafogo Futebol S/A – 0,5229
Mirassol Futebol Clube – 2,7060	São Caetano Futebol LTDA – 0,3608
Esporte Clube Água Santa – 1,5598	Red Bull Futebol e Entretenimento LTDA – 0,2970
Ituano Futebol Clube – 1,2947	MÉDIA – 0,1956
Clube Atlético Linense – 1,2149	São Bernardo Futebol Clube LTDA – 0,0589
Rio Preto Esporte Clube – 1,1048	Ferrovária Futebol S/A – 0,0581
MÉDIA – 0,7830	Clube Atlético Votuporanguense LTDA – 0,0295
São Paulo Futebol Clube – 0,6511	Grêmio Esportivo Osasco EIRELI – 0,0241
Grêmio Osasco Audax Esporte Clube – 0,5468	Paulista Futebol Clube LTDA -0,0044
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense – 0,5361	
Rio Claro Futebol Clube – 0,4779	
Sport Club Corinthians Paulista – 0,4652	
Esporte Clube São Bento – 0,2445	
Sociedade Esportiva Palmeiras – 0,1984	
Olimpia Futebol Clube – 0,1806	
Santos Futebol Clube – 0,1674	
Clube Atlético Juventus – 0,1344	
Esporte Clube Santo André – 0,0867	
Botafogo – 0,0575	
Esporte Clube XV de Novembro – 0,0535	
Sertãozinho Futebol Clube – 0,0471	
Nacional Atlético Clube – 0,0389	
Esporte Clube Taubaté – 0,0377	
Clube Atlético Bragantino – 0,0348	
Grêmio Novorizontino – 0,0339	
Associação Atlética Ponte Preta – 0,0239	
Guarani Futebol Clube – 0,0227	
Clube Atlético Penapolense – 0,0173	
Atlético Monte Azul – 0,0101	
Associação Atlética Internacional – 0,0083	
Esporte Clube Noroeste – 0,0040	

Marília Atlético Clube – 0,0037	
Associação Atlética Portuguesa - -0,0116	

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE E – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Endividamento de Curto Prazo

CLUBES-ASSOCIATIVOS
São Paulo Futebol Clube – 346,76%
Esporte Clube Taubaté – 212,72%
Sociedade Esportiva Palmeiras – 141,45%
Sport Club Corinthians Paulista – 135,60%
Oeste Futebol Clube – 135,56%
Guarani Futebol Clube – 96,79%
Ituano Futebol Clube – 92,46%
MÉDIA – 59,15%
Mirassol Futebol Clube – 25,74%
Clube Atlético Linense – 20,77%
Associação Atlética Ponte Preta – 20,66%
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense – 16,24%
Sport Club Atibaia – 8,30%
Clube Atlético Penapolense – 7,20%
Clube Atlético Juventus – 3,75%
Rio Preto Esporte Clube – 0,73%
Atlético Monte Azul – 0,09%
Esporte Clube Água Santa - -3%
Esporte Clube Santo André - -13,38%

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE F – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Endividamento Total

CLUBES-ASSOCIATIVOS
São Paulo Futebol Clube – 965,89%
Sociedade Esportiva Palmeiras – 367,58%
Sport Club Corinthians Paulista – 356,50%
Ituano Futebol Clube – 303,91%
Esporte Clube Taubaté – 212,72%
Guarani Futebol Clube – 211,52%
Associação Atlética Ponte Preta – 165,10%
Oeste Futebol Clube – 139,04%
MÉDIA – 117,41%
Clube Atlético Linense – 83,48%
Clube Atlético Penapolense – 64,88%
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense – 16,24%
Atlético Monte Azul – 32,97%
Mirassol Futebol Clube – 28,10%
Clube Atlético Juventus – 9,48%
Sport Club Atibaia – 8,30%
Rio Preto Esporte Clube – 1,10%
Esporte Clube Água Santa - -3%
Esporte Clube Santo André - -73,89%

Fonte: Dados da pesquisa.

**APÊNDICE G – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de
Composição do Endividamento**

CLUBES-ASSOCIATIVOS	CLUBES-EMPRESAS
Esporte Clube Água Santa - 100%	Red Bull Futebol e Entretenimento LTDA – 100%
Sport Club Atibaia – 100%	Clube Atlético Votuporanguense LTDA – 79,31%
Esporte Clube Taubaté – 100%	Botafogo Futebol S/A – 77,68%
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense – 100%	Ferrovária Futebol S/A – 76,01%
Mirassol Futebol Clube – 90,79%	Desportivo Brasil Participações LTDA – 66%
Oeste Futebol Clube – 72,63%	MÉDIA – 63,62%
Rio Preto Esporte Clube – 66,46%	São Caetano Futebol LTDA – 57,96%
MÉDIA – 52,98%	São Bernardo Futebol Clube LTDA – 50,76%
Sport Club Corinthians Paulista – 48,33%	Paulista Futebol Clube LTDA - 49,80%
Guarani Futebol Clube – 45,95%	Grêmio Esportivo Osasco EIRELI – 4,84%
Sociedade Esportiva Palmeiras – 41,57%	
Clube Atlético Juventus – 40,93%	
São Paulo Futebol Clube – 35,96%	
Clube Atlético Linense – 33,34%	
Ituano Futebol Clube – 30,71%	
Esporte Clube Santo André – 29,99%	
Associação Atlética Ponte Preta – 12,50%	
Clube Atlético Penapolense – 10,58%	
Atlético Monte Azul – 0,27%	

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE H – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido

CLUBES-ASSOCIATIVOS
São Paulo Futebol Clube – 808,64%
Sociedade Esportiva Palmeiras – 456,75%
Sport Club Corinthians Paulista – 391,59%
Ituano Futebol Clube – 322,14%
Guarani Futebol Clube – 311,39%
Esporte Clube Taubaté – 306,67%
Associação Atlética Ponte Preta – 262,02%
Clube Atlético Penapolense – 164,84%
MÉDIA – 160,23%
Atlético Monte Azul – 132,63%
Clube Atlético Linense – 127,98%
Clube Atlético Juventus – 108,39%
Rio Preto Esporte Clube – 99,85%
Mirassol Futebol Clube – 55,92%
Sport Club Atibaia – 27,45%
Esporte Clube Santo André – 22,46%
Oeste Futebol Clube – 11,95%
Esporte Clube Água Santa – 5,83%
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense – 4,80%

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE I – Ranking dos Clubes de Futebol em Relação a Média do Índice de Imobilização de Recursos Não Correntes

CLUBES-ASSOCIATIVOS
Esporte Clube Taubaté – 306,67%
Guarani Futebol Clube – 144,60%
Sociedade Esportiva Palmeiras – 144,34%
Sport Club Corinthians Paulista – 133,14%
Esporte Clube Santo André – 122,32%
São Paulo Futebol Clube – 112,07%
Associação Atlética Ponte Preta – 107,17%
Clube Atlético Penapolense – 104,44%
Ituano Futebol Clube – 104,38%
Clube Atlético Juventus – 102,52%
Atlético Monte Azul – 99,81%
Rio Preto Esporte Clube – 99,48%
MÉDIA – 99,07%
Clube Atlético Linense – 76,22%
Mirassol Futebol Clube – 55,22%
Sport Club Atibaia – 27,45%
Oeste Futebol Clube – 11,91%
Esporte Clube Água Santa – 5,83%
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense – 4,80%

Fonte: Dados da pesquisa.